



debates

Axel Mundigo iniciou os debates do painel "A questão populacional" traçando um paralelo entre as realidades de Cuba e México. Estudioso das políticas populacionais dos dois países, ele contou também, para esta análise, com sua própria experiência no Brasil, lembrada pela professora Neide Patarra ao fazer as apresentações. "A presença de Mundigo como debatedor inicial se deve à sua atuação no Brasil, ao trabalho no México e aos estudos sobre Cuba. A vivência nestas três situações dá a ele uma perspectiva muito especial", disse Neide.

A tarefa de contrastar as políticas populacionais dos dois países é difícil; as diferenças, segundo Mundigo, começam pela postura internacional de cada um ao tratar o problema. No caso mexicano, a política adotada acabou representando um marco na Conferência de Bucareste. "O México é um país pioneiro na América Latina. Foi o primeiro a colocar a questão populacional como prioridade para a ação do Estado. A partir desta iniciativa, surgiu no país uma série de organismos, como o Conselho Nacional de População, destinados a implementar uma política de metas demográficas", explicou.

Cuba não seguiu este caminho. Ideologicamente, esta política teria sido contrária ao "socialismo revolucionário", explicou o debatedor. Mesmo assim, a população era vista como uma das variáveis que afetavam o desenvolvimento de uma sociedade. Hoje, este país já não pertence às estruturas demográficas da América Latina. "Cuba se compara à Suécia: mortalidade infantil de 14 por mil; taxas de natalidade de 13/14; mortalidade em torno de 6; taxas de reprodução de 0,8". Estes dados representam uma excessão entre os países latinos, onde o panorama típico, lembrou o debatedor, é a mortalidade infantil de 200. "Cuba é um ideal, principalmente no contraste com o México. O perfil demográfico dos mexicanos, com sua política, está longe de alcançá-la".

A conquista dessa situação em Cuba é uma realidade inquestionável, disse Mundigo, ao lembrar as insinuações de manipulação de dados que perseguem as estatísticas dos países socialistas. Na verdade, disse, "a reestruturação da sociedade cubana levou à necessidade de conhecer sua realidade. As estatísticas cubanas antes da revolução eram as piores da América Latina. Não se tinha a menor idéia das taxas, dos números de nascimento e dos registros civis".

Após a revolução, como parte da reestruturação, o governo avaliou a importância de se conhecer não só as estatísticas demográficas como as de produção – os índices de consumo, para saber as preferências da população. "Hoje, a qualidade dos dados demográficos de Cuba é comparável à da Suécia", afirmou Mundigo.

A queda de fecundidade e da mortalidade infantil em Cuba foi possível a partir da abertura de informação ao povo, ao contrário do que faz o México. Para Mundigo, os mexicanos têm uma tendência a se preocupar mais com as metas demográficas e menos com as neces-

sidades e aspirações das famílias. Ele citou, como exemplo do modelo mexicano, a promoção da família de dois filhos, comentada na exposição de Raul Zenteno. “A campanha pela diminuição do número de filhos existe há mais de dez anos e hoje a família de dois filhos é quase uma realidade. No entanto, isto não trouxe melhorias ao nível de vida da população”.

Em Cuba, a família ocupa o centro da discussão e esta é sempre dirigida ao indivíduo. As metas políticas chegam ao conhecimento do público, primeiro, através dos discursos de Fidel Castro, onde ele sempre deixa clara a relação entre questão populacional e os ajustes do desenvolvimento econômico e social. A difusão de qualquer informação contida nos discursos de Castro se faz através dos Comitês de Defesa da Revolução. Este esquema foi montado de forma a todos poderem discutir e chegar a alguma concordância sobre o que é bom ou não para a sociedade cubana.

Assim se explica a aceitação da política demográfica em Cuba, segundo Mundigo. A reestruturação do Serviço Nacional de Saúde a partir de um novo enfoque do planejamento familiar convenceu os cubanos, a ponto de hoje a maioria ser usuária dos métodos anticoncepcionais.

Axel Mundigo chamou a atenção, neste ponto, para uma outra justificativa da política demográfica cubana: as limitações territoriais do país. Ao contrário, porém, das argumentações de caráter social, esta não é exposta ao público. O problema surgiu para o governo cubano por volta de 1964, com o *baby boom* trazido pelo sucesso da revolução. Nesta época, a taxa de natalidade chegou a 35 por mil, quando hoje é de 14. O *baby boom* alertou o governo e Castro passou a insistir em seus discursos: “Cuba é uma ilha e temos limitações naturais”.

Mundigo encerrou sua análise sobre Cuba apontando semelhanças entre o comportamento dos cubanos e o de outros países socialistas, como a tendência de se ter filhos logo no início da vida conjugal. “A norma reprodutiva cubana de hoje é muito diferente – as famílias se formam muito cedo, os filhos chegam rapidamente e se corta logo a reprodução”. Ele atribuiu as altas taxas de reprodução nas idades de 19-20 anos ao estímulo dado pela sociedade à participação feminina.

O México é muito mais complexo, na visão de Mundigo. As quatro histórias de Raul Zenteno, comparadas a um “jardim oriental”, têm outro nome: “o pesadelo do demógrafo”. Cada história vai mudando o enfoque de uma realidade que fica cada vez menos clara. “Mesmo tendo uma definição política muito nítida, o México, em contraste com Cuba, tem deixado muitos espaços vazios”, disse o debatedor.

O México se destaca como o único país a tentar integrar a política populacional a todos os níveis da sociedade, embora isto ainda seja um ideal pouco definido. Mas apesar de toda esta organização, segundo Mundigo, não se vê resultado. “Nos perguntamos: para quê? O que o México está lucrando com isso?” A explicação, para ele, está na dicotomia insolúvel entre o planejamento e a execução da política demográfica mexicana.

“O implementador da política de população é o CONAPO (Conselho Nacional de População), mas os programas de planejamento familiar são feitos pelos médicos, através do



Sistema de Saúde. Estes dois lados nunca estiveram unidos. Há sempre dois organismos fazendo avaliações separadas e apresentando taxas demográficas diferentes”, relatou Mundigo.

E se chega à questão: onde está a medida da fecundidade mexicana? Dispersa no meio de grandes debates, em que ninguém se entende, revelou o debatedor. Mundigo apelou novamente para a exposição de Zenteno para concluir sua análise sobre o México. “A política demográfica foi implementada para o povo, mas o povo foi esquecido. Ele não foi consultado sobre suas necessidades. Tem acito ter menos filhos, mas sua vida piorou”, constatou.

Ao complementar os comentários de Axel Mundigo, o pesquisador Hugo Behm atribuiu os “progressos extraordinários” conquistados pela política populacional cubana à mudança de vida e de estrutura social ocorridas no país. Segundo ele, não se tratou de uma simples consequência da expansão do atendimento médico. “A política cubana não se preocupou apenas com a fecundidade. A idéia de que a mortalidade excessiva deve ser rebaixada foi uma política ativamente defendida pela revolução”, argumentou.

Há um exemplo para indicar o grau de profundidade expresso pelos números, lembrou Behm. A luta contra a mortalidade infantil é “tão intensa, tão popular e tão profunda” que o ministro da Saúde recebe, todos os dias, um telegrama de cada província com a relação das crianças menores de um ano que morreram. “Todas as semanas, todos os dias”, enfatizou o debatedor.

Em cada um desses casos, a causa da morte é investigada pela Direção de Saúde da província e pelo hospital ou Serviço de Saúde onde se registrou o óbito. E essas causas são discutidas nos Comitês de Defesa da Revolução. A intenção, de acordo com Behm, é transformar a morte de uma criança em “vergonha” para o Serviço de Saúde, para a população e até para a família. “Em Cuba, o valor da vida humana chegou ao nível que deveria existir em toda a América Latina”, comentou.

No campo da mobilidade espacial, o governo cubano tomou medidas muito drásticas, segundo Behm, para evitar a concentração de poder, de recursos e de população na Capital. Ele usou como exemplo a transferência das escolas de nível superior para o interior do país – as escolas de medicina e de agronomia foram tiradas da Capital, onde antes se concentrava uma imensa quantidade de especialistas em agricultura.

Também o problema habitacional começou a ser enfrentado e resolvido no Interior, antes mesmo que em Havana, completou o debatedor. “Houve um deliberado processo de terminar com a predominância política, econômica e industrial da Capital, traduzido numa política populacional frente às migrações”.

Ao ser aberto o debate ao público, a primeira pergunta dirigida a Eramis Bueno indicou o interesse da platéia na grande queda de natalidade experimentada por Cuba. Um participante questionou a validade de se manter esta política a longo prazo, “como se a sociedade cubana estivesse a caminho do suicídio e do desaparecimento”. Com suas necessidades básicas solucionadas e uma taxa líquida de reprodução baixíssima, argumentou, Cuba caminha para uma situação em que cada geração crescerá pouco acima de 50% da geração anterior. “Por que

está acontecendo isso? Esta situação não preocupa o governo cubano?"

O mesmo participante colocou em discussão o quadro descrito pelo pesquisador Raul Zenteno a respeito do planejamento familiar adotado no México. "O que ocorre com o México? As estatísticas mostram que está havendo o planejamento familiar. Mas ele está sendo levado dentro de uma estratégia de sobrevivência induzida pela deterioração das condições de vida? Ou existe algum tipo de coerção indireta para que isto aconteça?"

Este debatedor também se interessou em esclarecer com Zenteno a relação de causa e efeito na política demográfica mexicana. "A diminuição do tamanho das famílias mais pobres levou à deterioração da qualidade de vida? Ou a diminuição, de alguma maneira, criou condições mais favoráveis à sobrevivência, em função da situação conjuntural do México?" questionou.

Uma pesquisadora brasileira pediu aos dois demógrafos latino-americanos a identificação do papel masculino dentro das respectivas políticas populacionais de seus países. "Comparando caminhos tão distintos – o México com a solução **controle de natalidade-planejamento familiar** e Cuba com o **planejamento familiar-preocupação com a reprodução** – qual é a participação reservada aos homens em alguns aspectos do planejamento familiar, como o cuidado com os filhos e a contracepção?"

A pergunta seguinte da platéia foi bem objetiva. "Se for possível avaliar, gostaria de saber qual o impacto dos programas de planejamento familiar de Cuba e México sobre a oferta de força de trabalho?". As últimas questões levantadas pela platéia se dirigiram cada uma a um palestrante: a Eramis Bueno se pediu uma descrição da estrutura de saúde de Cuba voltada para o atendimento da mulher e da criança; e ao pesquisador mexicano uma análise mais detalhada da situação vivida pelo México antes da implantação da política de planejamento familiar.

Eramis Bueno escolheu para iniciar sua réplica a questão da queda brusca de fecundidade em Cuba, um fenômeno para o qual não se pode buscar explicações isoladas, advertiu. "Ele é o efeito combinado de um grande número de fatores, ainda que alguns desses fatores acabem sendo mais visíveis". Por exemplo: a participação econômica e social da mulher na vida do país. Hoje em dia, segundo Bueno, aproximadamente 38% da força de trabalho ocupada em Cuba é feminina, "um indicador bastante alto".

Essa possibilidade de participação social da mulher, com todas as consequências evidentes no comportamento reprodutivo, entretanto, não poderia se transformar em realidade se o Estado não garantisse às mulheres a possibilidade de "simultanear" seus papéis, criando creches, ressaltou Bueno, "condição fundamental para que esse tão propagandeado direito da mulher à igualdade possa se realizar".